

Revista Jurídica v. 3 n. 52, Curitiba, 2018

APRESENTAÇÃO

A Revista Jurídica Unicuritiba número 52, terceira dentre as quatro anuais, permanece seguindo a linha editorial composta de 21 (vinte e um) artigos cujas temáticas envolvem os latentes questionamentos que compõem as bases jurídicas do Direito Empresarial, do conceito multidimensional de Cidadania e dos anseios sócio econômicos inerentes ao Desenvolvimento Sustentável.

Com intuito de alertar para a responsabilidade civil de forma que cada cidadão possa valer de seus direitos em uma troca de conhecimentos, apresentam-se artigos na busca de melhores soluções para a sociedade como um ente em mutação, cujo objetivo comum de todo pesquisador é contribuir para a evolução do campo jurídico.

No artigo ***Pregnancy interruption under medical recommendation: the judicial activism of brazilian federal supreme court and Ronald Dworkin's liberal approach over fetal anencephaly cases***, os autores Ivo Teixeira Gico Junior e Joedson de Souza Delgado realizam uma revisão sobre a discussão da bioética e do biodireito sobre o aborto de fetos anencéfalos e o quão é significativa a controvérsia moral para o princípio da dignidade da mulher e do direito à saúde.

Os autores Pablo Jiménez Serrano e Regina Célia Martinez, no artigo ***La autodeterminación de los pueblos como condición para la preservación de la identidad latinoamericana, en aras de la mejor solución de los problemas jurídicos regionales***, analisam a importância e a vigência do princípio da autodeterminação dos povos como condição da dignidade e da identidade latinoamericana. Destacam a necessidade da integração da qual muito se fala, mas muito pouco tem-se feito.

Na sequência, Aline Sueli de Salles Santos e Rafael Giordano Gonçalves Brito, no trabalho intitulado ***Acessibilidade para deficientes visuais no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins***, estudam a atual definição de pessoa

arquivamento de dados digitais, geração de informações eletrônicas, serviços de internet e estocagem cumulativa de dados em servidores eletrônicos com deficiência, assim como apresentam dados estatísticos e normas pertinentes ao tema. Abordam, ainda, temas como inclusão digital e sua relação com a exclusão social.

No artigo **Boa-fé objetiva nos contratos empresariais: o caso da Cia Nacional de Tecidos de Juta**, Antonio Jorge Pereira Junior e Ivanna Pequeno dos Santos revisam o conceito boa-fé objetiva e da pós-eficácia das obrigações. A metodologia de abordagem é analítica, empírica e crítica: parte-se da análise de conceitos jurídicos e doutrinários, segue-se para uma verificação empírica, diante de caso prático, e desenvolve-se, por fim, crítica argumentativa com esteio no direito obrigacional.

No artigo escrito em alemão ***Das eingreifen des staates, „mediokratie“ und die brasilianische realität in arbeitsbeziehungen: kurze erwägungen***, os autores Marco Antônio César Villatore, Luiz Eduardo Gunther e Claudia Cristina Pereira pesquisam as relações do trabalho no Brasil, e o papel do Estado ao buscar assegurar aos trabalhadores direitos mínimos para lhes garantir dignidade. Para tanto, discute-se o tema da mediocracia nacional sobre o prisma da mediocridade dos políticos, governantes e funcionalismo público em geral e suas atitudes mesquinhas e desonestas.

Os autores Luiz Ricardo de Miranda, Fabiola Wust Zibetti e Liton Lanes Pilau Sobrinho, na pesquisa intitulada **A influência do critério da soberania nas fontes do direito internacional**, asseveram que o direito é um reflexo da sociedade que visa regular, assim da mesma forma que segmentos mais dinâmicos dessa sociedade demandam formas mais aptas a produzir o direito num contexto de maior urgência, segmentos mais tradicionais dessa mesma sociedade ainda contam com a fiabilidade de um conjunto de fontes consolidado através da prática internacional.

No artigo ***Identità nazionale in crisi: il conflitto tra l'efficacia della sfera pubblica e la partecipazione politica sotto la protezione dello stato di diritto democratico***, os autores Elisaide Trevisan e Julio Trevisan Braga delimitam como

objetivo refletir sobre como, diante de significativas mudanças, as funções políticas, econômicas, sociais e culturais do Estado Democrático de Direito entram em conflito com as relações de poder e a efetivação dos direitos fundamentais.

Ernani Contipelli, em sua pesquisa intitulada ***Migraciones climáticas, dignidad humana y geopolítica***, contextualiza o problema das migrações climáticas desde a perspectiva da geopolítica e do princípio da dignidade humana. Investiga-se o conceito de migrações ambientais/climáticas para possibilitar uma melhor compreensão do fenômeno a partir do reconhecimento dos seus elementos componentes e o estabelecimento de mecanismos de proteção ao direito e de promoção de políticas públicas a tal categoria vulnerável de pessoas. Analisa-se também as peculiaridades da geopolítica climática.

No artigo **A dimensão econômica dos direitos humanos e a tutela de direitos mínimos no Brasil em tempos de crise: estado de coisas inconstitucional?**, os autores Clara Machado e Liziane Paixão Silva Oliveira abordam a dimensão econômica dos direitos humanos e a verificação da tutela dos direitos mínimos no Brasil em tempos de crise. A pesquisa buscou examinar se há no Brasil uma violação generalizada a direitos humanos mínimos, compreendendo um estado de coisas inconstitucional em relação a alguns direitos. Por meio do método dedutivo, o artigo problematizou a questão dos custos dos direitos e sua relação com a tutela de direitos mínimos que dependem de escolhas orçamentárias para concretização.

Atos negociais e o devido processo é o título do trabalho desenvolvido por Maria Cristina Zainaghi e Salete de Oliveira Domingos abordam a celebração do negócio jurídico processual antes da existência do litígio. Analisa-se o instituto, verificando se o mesmo pode ser visto como um inibidor dos princípios do devido processo legal ou mesmo do direito de ação, na medida em que se admite a negociação contratual de algo que venha a tolher a ideia de processo justo ou mesmo o acesso à justiça, quando estabelecemos que o conflito se solucionará por arbitragem.

No artigo ***Intellectual property law in the fourth industrial revolution: trade secrets risks and opportunities***, Marcelo Negri Soares e Marcos Eduardo Kauffman, ao tratar sobre a Propriedade Intelectual, enfocam os riscos e oportunidades associados à implementação de novas tecnologias na proteção de segredos comerciais. O estudo conclui que o Direito de Propriedade Intelectual e o Direito Contratual devem ser sustentados pela estratégia de negócios e pelo modelo de negócios.

Rosângela Angelin, Mara Vidigal Darcanchy e Danilo Carvalho, no trabalho ***Recyclable material pickers, factors, rights and dignity: from social inclusion to human rights***, através de uma análise teórico reflexiva, embasada por documentos normativos e enfatizada por alguns relatos de caso, o artigo aborda a situação social e econômica de catadores de materiais recicláveis no Brasil, bem como avanços e limitações da organização em cooperativas sob o enfoque de processos de Educação Popular, e dos Direitos Humanos. Diante do estudo realizado destaca-se que as cooperativas e os processos de formação em Educação Popular têm um potencial emancipar elevado, auxiliando as pessoas a se situar no espaço em que se encontram, melhorando suas vidas e despertando para a exigência de Direitos Humanos.

Loiane Prado Verbicaro e Anna Laura Maneschy Facei, no trabalho ***O modelo de democracia à luz da teoria de Ronald Dworkin***, exploram as principais características desse modelo, em especial, a sua conexão à ideia de dignidade humana como igual consideração (igualdade) e responsabilidade pessoal (autonomia e liberdade); a refutação à concepção majoritária; a compatibilidade do seu modelo com o controle judicial de constitucionalidade e a proteção de minorias no sistema constitucional, a partir do individualismo ético e da ideia segundo a qual uma Constituição de princípios, defendida por juízes independentes, é essencialmente democrática.

O interesse público no divã da psicanálise: para um conceito bidimensional de interesse público é o título de trabalho desenvolvido por José Sérgio da Silva Cristóvam enfoca na discussão sobre a construção de uma noção

bidimensional de interesse público, afinada com o renovado modelo jurídicoadministrativo, com a prevalência da Constituição e a promoção dos direitos fundamentais.

Livia Gaigher Bósio Campello e Jeovane da Silva Gomes, no trabalho **Os direitos de consulta e participação dos povos indígenas e a prática da corte interamericana de direitos humanos**, investiga-se sobre os direitos de participação e consulta dos povos indígenas e a prática da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A questão que se coloca é saber qual a força normativa de tais direitos, em particular pelo fato de pertencerem às denominadas normas de caráter soft law.

No trabalho **Planejamento sucessório: uma abordagem tributária e empresarial**, desenvolvido pelos autores Valmir César Pozzetti e Helton Carlos Praia de Lima, analisa-se o planejamento sucessório por intermédio de uma abordagem dos direitos tributário e empresarial, no Brasil. Para isso, considerou-se na análise as sucessões legítima e testamentária.

Fair trade e economia colaborativa como mecanismos de persecução da função social e solidária da empresa é o título do trabalho de Mariana Ribeiro Santiago e Vinícius Mendes e Silva, no qual analisam os sistemas do fair trade e da economia colaborativa, como mecanismos de persecução da justiça social, pesquisando qual o papel da empresa, em razão de sua função social e solidária. O estudo justifica-se pelas necessidades ambientais, sociais e econômicas impostas à sociedade, o que gera prejuízos para ela e, inclusive, para as gerações futuras.

Os autores Germano André Doerderlein Schwartz e Reynaldo Alan Castro Filho, no trabalho **A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como instrumento de manifestação do fenômeno da policentricidade**, buscam identificar o motivo pelo qual é necessário aprovar uma Convenção específica, no âmbito da ONU, destinada à proteção dos direitos das pessoas com deficiência sob a ótica dos direitos humanos, bem como verificar o processo pelo qual ocorre a elaboração do seu texto.

No artigo **Aproximações entre a ética aristotélica e a filosofia existencialista sartreana**, os autores Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho e Gabriel de Aguiar Tajra refletem sobre a liberdade e a intersubjetividade no agir, propondo uma aproximação crítica entre a Ética a Nicômaco, de Aristóteles, e a conferência O Existencialismo é um Humanismo, de Jean-Paul Sartre. Interessa repensar, em diálogo com os dois autores, a liberdade, o inacabamento do ser humano e a sua autoconstrução por meio da ação sob a qual se põe em relação com o mundo e os outros.

Gilberto Fachetti Silvestre e Isabela Lyrio Lorenzoni, no trabalho **A tutela jurídica material e processual da senciência animal no ordenamento jurídico brasileiro: análise da legislação e de decisões judiciais**, asseveram que frente à importante tarefa de interpretação do dispositivo constitucional e para lhe conferir a eficácia devida, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal houve por bem definir sua posição ao adotar o critério da senciência animal, considerando incompatíveis com preceitos constitucionais até mesmo eventos já considerados culturais e desportivos em razão de indiscutível submissão do animal a condutas cruéis.

Fernando Joaquim Ferreira Maia e Aline Castilho Gomes Ribeiro, no artigo intitulado **A formação de Tribunais Especiais no contexto do pós-guerra: uma reflexão sobre o conceito de campo jurídico para a garantia dos direitos humanos**, analisam, sob a ótica de Pierre Bourdieu, as relações de poder nos processos que envolvem a formação dos tribunais especiais após a Segunda Guerra Mundial, na perspectiva da dignidade da pessoa humana, e a partir da hipótese de que esses tribunais também burlaram direitos fundamentais, como o do contraditório e da ampla defesa.

No artigo **Direitos humanos e inclusão social**, os autores Francisco Pedro Jucá, Fernando Gustavo Knoerr e Horácio Monteschio defendem que a inclusão na sociedade é um direito fundamental do indivíduo, direta e imediatamente, existindo em si, mas, além disto, é pressuposto material para o exercício e fruição de todos os outros direitos. Através da inclusão se constrói o valor e a ideia de pertencimento,

porque só se sentindo integrante da sociedade, o indivíduo pode assumir seus deveres e exercer seus direitos.

Zenildo Bodnar, José Antônio Savaris e Marcio Staffen, no artigo **A primazia da realidade na jurisdição dos juizados especiais federais**, apresentam reflexões sobre jurisdição social a fim de compreender os vetores que norteiam ou devem orientar o sistema do Juizado Especial, visando a aplicação do princípio da primazia da realidade em detrimento das formas no âmbito do processo que tramitam neste procedimento, destacadamente dos processos previdenciários que representam a maioria das ações. O problema apresentado na pesquisa perquire se o procedimento dos Juizados Especiais Federais contempla técnicas procedimentais que contribuem com uma maior aproximação e prestígio da realidade sociológica das demandas judiciais.

Leonardo José Peixoto Leal e Cinthia Meneses Maia no artigo **A Função Social da Empresa como forma de proteção ao empregado**, desenvolve-se a partir da análise principiologica da função social da empresa como fundamento para proteção à parte hipossuficiente da relação trabalhista, o trabalhador. Para tanto, vale-se de uma premissa onde a vulnerabilidade do empregado não está restrita ao aspecto econômica, mas também é a própria essencialidade da empresa em um cenário constitucional que privilegia tanto o capital como o trabalho.

Ingrid Andrade Zanella Campos e Igor Zanella Andrade Campos no artigo **A legislação aplicável ao tripulante de navio de cruzeiro: Uma análise do princípio da força da gravidade**, apresentam observações quanto a matéria processual de competência para apreciar demandas de trabalhadores em navio de cruzeiro. A partir dessa análise introdutória, perquirir como valer-se da legislação trabalhista brasileira sem ferir princípios próprios do Direito Internacional.

Delmo Mattos e Edith Ramos no artigo **Acesso à ordem jurídica justa e a democratização dos direitos fundamentais: A determinação da autonomia da vontade como pressuposto do princípio da dignidade humana**, apresentam reflexões a respeito do pressuposto ao exercício pleno da democracia e concretização

dos direitos humanos, tangenciando pela acessibilidade à ordem jurídica justa, a qual deve ser compreendida de modo ampliativo, de maneira a avançar para além da compreensão de acesso ao judiciário, mas sobretudo a concretização da ordem jurídica socialmente justa.

Belinda Pereira da Cunha e Graça Aretha Souza de Lira no artigo **Responsabilidade pela poluição e contaminação por agrotóxicos e os saberes ambientais versus pacote de veneno**, apresentam reflexões a respeito do tratamento legislativo e jurídico dado a questão do uso de agrotóxicos. A exemplo, destacam o tramite acelerado no Congresso Nacional a votação para aprovação do projeto de lei nº 6.299 de 2002 que pretende a flexibilização de dispositivos da lei de agrotóxicos, que visa facilitar o registro, além de reduzir a atuação dos órgãos fiscalizatórios ambientais.

Gina Vidal Marcillio Pompeu e Maria Elia Costa Farias no artigo **Concessão de microcrédito em bancos de investimento e desenvolvimento na América latina**, como instrumento de crescimento econômico e desenvolvimento humano, apresentam dados oficiais quanto a concessão de empréstimos de microcrédito em bancos de desenvolvimento na América Latina. Delimitando a análise aos empréstimos de baixo valor, destinado a pessoas vulneráveis com dificuldades de acesso ao crédito nas instituições financeiras, a fim de perquirir em que medida o microcrédito é um instrumento eficaz de crescimento econômico e desenvolvimento humano.

Gonçalo S. de Melo Bandeira no artigo **Constitucionalidade de algumas Novidades sobre Prevenção da Lavagem de Dinheiro em Portugal e União Europeia**, analisa o aspecto preventivos no que tange os crimes de lavagem de dinheiro na União Europeia, bem como o tratamento constitucional de garantias e princípios inerentes ao contraditório e ampla defesa. Ao comparar com o sistema desenvolvido em Portugal e na União Europeia, visa o artigo, portanto, tecer sugestões de tratamento preventivo ao tipo penal em análise e de complexidade ímpar.

Mário Sérgio Falcão Maia no artigo **A judicialização “total” das relações sociais: uma análise fenomenológica a partir do campo jurídico profissional**, pela perspectiva filosófica, analisa o fenômeno descrito no título, como sendo o processo complexo de expansão do direito para todos os campos da vida social. Apresenta a discussão das relações humanas e seus enfrentamentos por intermédio de uma autonomia da vontade, divorciando-se das resoluções estritamente apresentadas pelo ente estatal a fim de chamar a atenção para a liberdade e responsabilidade humana.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Atuaram como **avaliadores** nesta edição da Revista:

- Prof. Dr. Florisbal de Sousa Del’Olmo - URI (Santo Ângelo/RS)
- Prof. Dr. Gerardo Clésio Maia Arruda - Centro Universitário Christus/CE
- Prof. Dr. Andre Studart Leitão - Unichristus (Fortaleza/CE)
- Prof^a. Dr^a. Flavia Piva Leite – Unesp/SP
- Prof^a. Dr^a. Sandra Regina Martini – Uniritter/RS
- Prof. Dr. Wagner Menezes – USP
- Prof. Dr. Ivo Dantas – UFPE
- Prof^a. Dr^a. Renata Albuquerque – UVA/FLF
- Prof. Dr. Mauricio Timm do Valle – UCB/DF
- Prof. Dr. Frederico Eduardo Zenedin Glitz – Unichapecó/SC
- Prof. Dr. Vladmir Silveira – UFMS
- Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFSE
- Prof. Dr. Heron Gordilho – UFBA
- Prof. Dr. Kiwonghi Bizawu – UDHC/MG
- Prof^a. Dr^a. Valeska raizer Borges Moschen – UFES
- Prof. Dr. Sidney Guerra – Mackenzie/RJ
- Prof. Dr. Orides Mezzaraoba – UFSC
- Prof. Dr. Marcelo Antonio Theodoro – UFMT
- Prof^a. Dr^a. Irene Maria Portela – IPCA/Portugal

- Prof. Dr. Matteo Finco – Macerata/Italia